

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.040 - MG (2019/0353819-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : DOUGLAS HENRIQUE MARQUES (PRESO)
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA - MG055966
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DOUGLAS HENRIQUE MARQUES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.143922-3/000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante no dia 26/9/2019 (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, na Corte estadual, questionando os requisitos e os fundamentos presentes no decreto constitutivo do recorrente.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 212):

EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA E MANTIDA PELO JUÍZO A QUO - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INADEQUABILIDADE. 1. Inexiste constrangimento ilegal na decisão judicial que decreta o acautelamento preventivo lastreada em elementos concretos dos autos e nos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, na medida em que sua decretação se afigure necessária ao resguardo da ordem pública, tendo em vista, inclusive, a imensa quantidade de drogas apreendida. 2. O crime de tráfico de drogas, por cuja suposta autoria o paciente foi preso, encontra em seu preceito secundário, pena máxima privativa de liberdade superior a quatro anos, atendendo ao comando normativo contido no inciso I do artigo 313 do CPP. 3. Presentes os pressupostos e

Superior Tribunal de Justiça

aferrida a necessidade da prisão preventiva, inviável a fixação de medidas cautelares diversas.

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que as decisões que entenderam por manter a segregação cautelar do recorrente não apresentam fundamentação idônea, estando ausentes, no caso, os requisitos do art. 312 do CPP. Ressalta que a quantidade de droga apreendida não é motivo suficiente à manutenção da segregação cautelar.

Aduz, ainda, que o autuado é detentor de circunstâncias favoráveis e possui atividade laboral lícita, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do alvará de soltura do recorrente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Quanto aos requisitos da prisão preventiva, o Tribunal de origem, transcrevendo o decreto de primeiro grau, considerou relevante a gravidade concreta do delito, evidenciada pelas circunstâncias do flagrante, quando foram apreendidos mais de 654,48g de maconha, conforme se depreende do seguinte trecho transcrito do acórdão (e-STJ fls. 215/216):

[...]. Verifico, com efeito, que a prática delitiva supostamente empreendida pelo paciente encontra-se bem explicitada nos elementos carreados aos autos, devidamente apontados tanto na decisão que converteu sua prisão em flagrante em

Superior Tribunal de Justiça

preventiva (ordens 05 e 02, respectivamente), estando presentes os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como os requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, os quais, aliás, se afiguram suficientes não apenas à decretação, mas à própria manutenção do acautelamento preventivo.

Extraio das decisões objurgadas, os trechos que se seguem:

"(...) Durante a realização da operação, os militares avistaram o autuado parado em local ermo, na rua Maquiné, bairro Vista Alegre na cidade de Catas Altas/MG, ocasião em que ao proceder a busca pessoal e no local onde o autuado se encontrava localizaram a quantia de 6 (seis) tabletes da substâncias popularmente conhecida como maconha. Posteriormente, os militares se dirigiram à residência do autuado, tendo recebido permissão da genitora do referido para que adentrassem ao imóvel para efetuar buscas, momento em que apreenderam no quarto do autuado uma barra maior e uma bucha da substância popularmente como maconha, uma balança de precisão e a quantia de R\$ 900,00 (novecentos reais). Em sua oitiva perante a i. Autoridade Policial, o autuado confirmou ser o proprietário da droga correspondente a 654,48g (seiscentos e cinquenta e quatro gramas e quarenta e oito centigramas) - Laudo preliminar de drogas de abuso f. 20) e demais materiais apreendidos. (...)

Por conseguinte, em atenção aos demais requisitos autorizadores da segregação cautelar, tenho que configurada, in casu, a necessidade de garantia da ordem pública. (...)" (grifo meu).

"(...) No caso, como restou evidenciado na decisão que decretou a prisão preventiva do requerente, o referido está sendo acusado pela prática do crime de tráfico de drogas, apenado com reclusão, tendo sido apreendido em sua residência 654,48g (seiscentos e cinquenta e quatro gramas e quarenta e oito centigramas) de substância conhecida como maconha. (...)"

De início, com relação às alegações trazidas reiteradamente nas razões da impetração no sentido de que não teriam sequer sido apreendidos pássaros silvestres e gaiolas, registro que, embora no decisum que indeferiu o pedido de revogação a Juíza tenha mencionado acerca da apreensão desses no quarto do paciente, registro que trata-se meramente de um erro material. Até mesmo, porque os demais dados e fundamentos trazidos, de

Superior Tribunal de Justiça

fato, correspondem ao caso concreto, de modo que uma frase equivocada isolada não contamina, por si só, o decreto construtivo em questão.

Feita essa ressalva, entendo que as argumentações trazidas nos atos hostilizados e os demais elementos encartados no processo estão todos endereçados à conclusão que a prática do suposto crime, tal como se deu, revela destacada gravidade concreta, tendo em vista que policiais militares teriam procedido à abordagem do paciente, oportunidade em que teriam encontrado, próximo a ele, uma sacola contendo maconha e, em sua residência, outra sacola e um embrulho contendo essa mesma substância ilícita, totalizando imensa quantidade de drogas - 654,48g de maconha (Exame Preliminar em ordem 12, f. 31) -, indicando não se tratar de atuação meramente eventual ou isolada.

Com efeito, essas são circunstâncias que potencializam a análise de cuidado e proteção ao corpo social a ser feita no juízo de risco próprio desta fase processual (juízo de periculosidade e não juízo de certeza), o que me leva a acreditar que não se pode, in casu, falar em ilegalidade ou ausência de fundamentação da decisão construtiva, constituindo-se a manutenção da segregação do paciente em medida necessária para o efetivo resguardo da ordem pública. [...].

Com efeito, "a quantidade, a natureza e a diversidade dos entorpecentes encontrados podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva" (HC n. 469.808/SP, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe de 12/12/2018).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e do fornecimento de mais informações pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

